

Gov. Lula desbloqueia R\$ 2,9 bilhões

O governo do presidente Lula reverteu o bloqueio de R\$ 2,9 bilhões do Orçamento, mas elevou a projeção de déficit das contas públicas neste ano de R\$ 9,3 bilhões para R\$ 14,5 bilhões -equivalente a 0,1% do PIB

ORÇAMENTO

Adriana Fernandes e Nathalia Garcia

FOLHAPRESS

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reverteu o bloqueio de R\$ 2,9 bilhões do Orçamento, mas elevou a projeção de déficit das contas públicas neste ano de R\$ 9,3 bilhões para R\$ 14,5 bilhões -equivalente a 0,1% do PIB (Produto Interno Bruto). Apesar da piora, o resultado projetado segue dentro do intervalo de tolerância previsto no novo arcabouço fiscal para o cumprimento da meta fiscal de déficit zero. Pela regra, há uma margem de tolerância de 0,25% do PIB para menos ou para mais. Na prática, o governo poderá chegar ao final do ano com um déficit de até R\$ 28,8 bilhões sem estourar a meta. A nova projeção de déficit foi encaminhada ao Congresso nesta quarta-fei-

ra (22), no segundo relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas do Orçamento deste ano.

O governo também não precisou fazer um contingenciamento das despesas para cumprir a meta fiscal de déficit zero, como antecipou a Folha de S.Paulo na terça-feira (21).

O relatório trouxe a reversão do bloqueio de R\$ 2,9 bilhões que tinha sido feito preventivamente no primeiro relatório, em março, para não estourar o teto de gastos do novo arcabouço fiscal. O desbloqueio orçamentário ajuda a diminuir a pressão sobre as pastas que tinham sido mais afetadas pelo corte feito em março de 2023. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o corte não afetou a meta fiscal de déficit zero. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o corte não afetou a meta fiscal de déficit zero.

Na época, os ministérios das Cidades e dos Transportes foram os principais alvos do bloqueio de R\$ 2,9 bilhões em verbas no Orçamento. Apesar do aumento da previsão de despesas obrigatórias, a liberação foi pos-

sível porque o governo conseguiu abrir um espaço fiscal permanente de R\$ 15,8 bilhões em novas despesas.

O artigo 14 da lei que criou o novo arcabouço fiscal permitia essa ampliação caso a avaliação das receitas fosse favorável no relatório de avaliação do Orçamento do segundo bimestre, o que de fato aconteceu.

A ampliação do espaço de despesas amorteceu o aumento dos gastos obrigatórios. O montante também abriu uma folga de R\$ 2,5 bilhões em relação ao limite de gastos do novo arcabouço fiscal, conforme mostrou o documento.

O secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos, disse que essa sobra, na prática, é um colchão de segurança para acomodar futuras pressões de aumento de despesas obrigatórias. "Não significa que há recursos sobrando. Temos que ser vigilantes".

Alguns membros do governo já estão de olho nesses recursos, como a ministra Esther Dweck (Gestão). A pas-



Gov. federal reverte bloqueio, libera R\$ 2,9 bilhões para gastar e projeta déficit maior em 2024
FOTO: DIEGO ZACARIAS/ME

ta estuda usar parte dessa verba liberada para conceder reajuste salarial aos servidores da educação federal, que estão em greve.

Os números do governo mostram uma perspectiva mais otimista do que a projetada pelo mercado financeiro, que espera um déficit de 0,70% do PIB para este ano diante de previsões divergentes com rela-

ção à alta da arrecadação até o final do ano.

Ainda de acordo com o relatório, a projeção de despesas aumentou em R\$ 24,4 bilhões -R\$ 20 bilhões em gastos obrigatórios. Desse total, R\$ 13 bilhões são destinados ao enfrentamento da calamidade pública no Rio Grande Sul -despesas que são deduzidas do cálculo da meta fiscal.

PARA ENTENDER

ESTIMATIVA BILIONÁRIA

O governo contabilizou um aumento de R\$ 3,5 bilhões nas estimativas de despesas com o pagamento de benefícios previdenciários, que subiu de R\$ 91,4 bilhões para R\$ 97,8 bilhões em 2024.

Presidente Lula prorroga benefício a setor de eventos

PERSE

Marianna Holanda

FOLHAPRESS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou, nesta quarta-feira (22), o projeto de lei que trata de benefícios para o setor de eventos com 30 atividades beneficiadas. A assinatura ocorreu durante cerimônia no Palácio do Planalto.

O Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos), criado de forma emergencial na pandemia da Covid-19, agora foi renovado até dezembro de 2026. A renúncia fiscal terá teto de R\$ 15 bilhões.

A equipe econômica foi, inicialmente, contrária à prorrogação dos incentivos fiscais, sob o argumento de que o setor já se recuperou da pandemia e que o programa é alvo de muitas fraudes.

Como mostrou a Folha, o Perse abriu brechas para fraudes e lavagem de dinheiro.

Apesar disso, diante da pressão de empresários e do Congresso, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) teve de recuar diante da pressão de empresários e do Congresso, e negociou um meio-termo com os parlamentares como forma de mitigar o impacto da renúncia.

Durante a cerimônia, representantes do setor e parlamentares enalteceram o programa. O ministro Celso Sabino (Turismo) elogiou a postura nas negociações de Haddad, a quem chamou de "gigante".

"O ministro Fernando Haddad, presidente [Lula], foi um gigante e, cumprindo as orientações de vossa excelência, buscou ao limite fazer um equilíbrio entre austeridade fiscal e benefício que Vossa Excelência sanciona hoje", disse.

Aprovado projeto que prorroga cotas para negros

CONCURSO PÚBLICO

Thaís Oliveira

FOLHAPRESS

O plenário do Senado aprovou nesta quarta-feira (22) a prorrogação da política de cotas para negros em concursos públicos federais, numa derrota para a oposição. O projeto de lei, aprovado de forma simbólica (sem a contagem de votos), será enviado para a Câmara dos Deputados.

O texto tinha sido aprovado em caráter terminativo pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado e seguiria direto para a Câmara, mas o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) conseguiu o número mínimo de assinaturas para exigir votação no plenário do Senado.

O governo Lula (PT) corre contra o tempo para aprovar o PL nas duas Casas e sancioná-lo até dia 9 de junho, quando expira a lei em vigor -aprovada em 2014 por

iniciativa do governo Dilma Rousseff (PT).

O projeto mantém a premissa da lei atual ao reservar parte das vagas para negros, mas aumenta o percentual dos atuais 20% para 30%. Outra mudança significativa foi a inclusão expressa de indígenas e quilombolas entre os beneficiados.

Também como ocorre hoje, o projeto de lei prevê a autodeclaração dos candidatos e um procedimento de confirmação complementar -que, via de regra, ocorre por meio de bancas de heteroidentificação.

O governo acompanha com atenção a tramitação do projeto não só pela importância do tema, mas também devido ao "Enem dos concursos", o CPNU (Concurso Público Nacional Unificado) -adiado diante da situação de calamidade do Rio Grande Sul e sem nova data.

A avaliação é de que os concursos que já tiveram editais lançados (como o CNPU) estão protegidos pela Lei

Cotas de 2014, mas podem ser judicializados por um eventual vácuo na legislação. Só no "Enem dos Concursos", estão em disputa 6.640 vagas em 21 órgãos públicos.

Apesar de valer apenas para concursos federais, a lei de cotas também serve de parâmetro para concursos públicos estaduais, municipais e de outros Poderes -o que poderia levar candidatos de diferentes concursos em todo o país a acionar a Justiça.

O vice-presidente do Senado, Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), chegou a anunciar no começo da sessão que a votação seria adiada. O relator, Humberto Costa (PT-PE), e o autor, Paulo Paim (PT-RS), fizeram um apelo para que o PL fosse votado nesta quarta diante do prazo apertado.

"Se nós não tivermos feito a votação dessa nova proposta, nós corremos o risco de termos um concurso realizado em que possa haver questionamento judicial sobre qual

legislação que estaria em vigor e que definiria esse processo de seleção", disse Costa.

Parlamentares da oposição discursaram contra a reserva de vagas para negros e conseguiram adiar a votação seguidas vezes. Parte do grupo defendia a adoção de cotas a partir de critérios econômicos ou até mesmo a exclusão de pardos.

O senador Flávio Bolsonaro chegou a apresentar uma emenda para acabar com as cotas raciais e reservar 20% das vagas em concursos públicos para pessoas com renda familiar igual ou inferior a um salário mínimo e meio. A sugestão foi derrotada por 33 votos a 28.

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) adota as seguintes definições para a autodeclaração: preto, pardo, branco, amarelo ou indígena. Pretos e pardos costumam ser agrupados como negros. A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, acompanhou a votação do plenário do Senado.

Brasil tem menor IDH entre 30 países que mais arrecadam

ESTUDO

Eduardo Cuculo

FOLHAPRESS

O Brasil possui o menor IDH (índice de desenvolvimento humano) entre os 30 países com maior carga tributária. Com isso, ocupa a última colocação no índice de retorno de bem-estar à sociedade calculado pelo IBPET (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação).

O índice criado em 2011 busca medir a relação entre tributação e benefícios para a população.

O levantamento feito com base em dados de 2022 mostra o Brasil com uma carga de 32,4% do

PIB (Produto Interno Bruto) 24ª posição entre as maiores tributações e um IDH de 0,760.

O instituto considera uma composição entre os dois números, sendo que o primeiro tem um peso de 15% no indicador e o IDH, uma ponderação de 85%.

Com base nesse critério, é pouco provável que o Brasil consiga sair da lanterna do ranking, onde está há 13 anos, desde o início da divulgação do indicador.

Para isso, seria necessário um crescimento significativo do IDH ou, mais difícil ainda, uma redução dramática da carga que poderia comprometer o funcionamento da máquina pública e o pagamento dos benefícios sociais.

AVISOS, ATAS E EDITAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARGACEMA - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL Nº 001/2024
Objeto: Licitação para contratação de empresa para prestação de serviços de assistência social, incluindo atendimento em domicílio, acompanhamento de idosos, entre outros.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMONA - ESTADO DO PARÁ
EDITAL Nº 001/2024
Objeto: Licitação para contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de equipamentos eletrônicos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FURTELO DO ARAGUAIA - ESTADO DO PARÁ
EDITAL Nº 001/2024
Objeto: Licitação para contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de equipamentos eletrônicos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARÁ - ESTADO DO PARÁ
EDITAL Nº 001/2024
Objeto: Licitação para contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de equipamentos eletrônicos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRAGENS - ESTADO DO PARÁ
EDITAL Nº 001/2024
Objeto: Licitação para contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de equipamentos eletrônicos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRAGENS - ESTADO DO PARÁ
EDITAL Nº 001/2024
Objeto: Licitação para contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de equipamentos eletrônicos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRAGENS - ESTADO DO PARÁ
EDITAL Nº 001/2024
Objeto: Licitação para contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de equipamentos eletrônicos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRAGENS - ESTADO DO PARÁ
EDITAL Nº 001/2024
Objeto: Licitação para contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de equipamentos eletrônicos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRAGENS - ESTADO DO PARÁ
EDITAL Nº 001/2024
Objeto: Licitação para contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de equipamentos eletrônicos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRAGENS - ESTADO DO PARÁ
EDITAL Nº 001/2024
Objeto: Licitação para contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de equipamentos eletrônicos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRAGENS - ESTADO DO PARÁ
EDITAL Nº 001/2024
Objeto: Licitação para contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de equipamentos eletrônicos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRAGENS - ESTADO DO PARÁ
EDITAL Nº 001/2024
Objeto: Licitação para contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de equipamentos eletrônicos.

LEILÃO DE 38 IMÓVEIS - Dinâmico
Data do Leilão: 29/05/2024 a partir das 13h00
ALAGAS + RÁDIA + CEARÁ + GOMAS + MARIANHO + MATO GROSSO + MINAS GERAIS + PARÁ + PARANÁ + PERNAMBUCO + RIO DE JANEIRO + SANTA CATARINA + SÃO PAULO + TOCANTINS
A VISTA 10% DE DESCONTO | COMERCIAIS + RESIDENCIAIS + RURAIS
MG VIDROS AUTOMOTIVOS LTDA, inscrita sob o nº 07.571.746/0059-10, localizada na Avenida Doutor Freitas, 153, bairro Sacramento, Belém/PA, torna público que requererá à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belém - SEMMA, a Licença de Operação, para a atividade de comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotivos.
Lote 16 - ANANINDEUA/PA - ÁGUAS LINDAS Rua 13, nº 22. Casa. Áreas totais: ter: 525,00m² e constr: 112,82m². Mat. 16.045 do 1º Oficial. Lance Mínimo: R\$ 101.000,00. Mínimo à Vista: R\$ 90.900,00.
MÁS INFORMACOES: 3003.0677 | https://VITRINEBRADESCO.com.br | PORTAL.ZUK.COM.BR